

ELEIÇÕES PARA PREFEITO DE SÃO PAULO (1985-2020)

Por *Rui Tavares Maluf*

SUMÁRIO

Apresentação

Características e Mudanças Político-Institucionais

Prefeitos e Vice-prefeitos de São Paulo (1985-2012)

Os prefeitos

Os vice-prefeitos

Eleição em dois turnos

Reeleição de prefeitos e insucesso nas urnas

Todos os Candidatos: a Miséria dos Microcandidatos

Faixa de votos dos candidatos

Os votos dados aos principais partidos

Resumo eleitoral do período

As Mulheres no Executivo

Prefeitos Eleitos versus segundo colocados e demais candidatos

Eleitos versus segundos colocados

Taxa de Representatividade Eleitoral do Primeiro Colocado

Evolução das TRE-A dos Prefeitos (1º Turno)

Evolução dos TRE-A dos Prefeitos (2º Turno)

TRE-A Versus Taxa de Marginalidade Eleitoral Ampla (TME-A): primeiro turno

TRE-A Versus Taxa de Marginalidade Eleitoral Ampla (TME-A): segundo turno

Razão de Representatividade Eleitoral (RRE)

Resumo

Considerações Finais

Sobre o autor

Fontes de consulta

Anexos

APRESENTAÇÃO

O dossiê *Eleições para prefeito de São Paulo em 10 edições* oferece ao leitor uma sistematização e interpretação de todas as dez (10) eleições realizadas na capital paulista de 1985 a 2020, mediante a apresentação conjunta e individualizada de todos os candidatos, bem como dos votos em branco, nulos, e do comparecimento às urnas¹. Com o emprego de tal método, torna-se possível acompanhar o desempenho de cada um dos postulantes na eleição em que disputou como também quando comparada às demais, ainda que em tal comparação tenha de se ter presente a evolução do eleitorado ao longo dos anos. Será interessante constatar que mesmo ocorrendo crescimento do número de eleitores encontram-se muitos candidatos em eleições mais recentes alcançando menos votos do que outros postulantes que disputaram três ou quatro eleições anteriores.

Várias das eleições paulistanas para o Poder Executivo se revestiram de especificidades, mas, provavelmente, nenhuma tenha sido tão marcante quanto a de 2020 a qual se deu sob o efeito da pandemia da covid-19.

Características e mudanças político-institucionais

A primeira eleição direta para prefeito após a redemocratização mais recente do Brasil se deu em 1985, em meio ao exercício do mandato dos vereadores eleitos em 1982 os quais formariam a 9ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), e começando a exercer as funções no primeiro trimestre de 1983 para encerrá-las ao final de 1988². A 9ª legislatura ainda contava apenas 33 vereadores (*ver nota 1*). No mesmo ano de 1985, ocorreu a eleição e posse do primeiro governo civil desde a instauração do regime militar em abril de 1964, chefiado por José Sarney, vice-presidente, uma vez que o titular adoeceu e não pode assumir o mandato. Esta primeira eleição de prefeito valeu para todas as capitais, uma vez que no regime autoritário tais cidades e outros municípios considerados áreas de segurança nacional não tinham o direito de escolha direta dos seus chefes de governo.

A posse dos novos mandatários municipais ocorreu no início de 1986 e no mesmo ano em que os partidos comunistas passaram à legalidade, isto é, deixaram de ser clandestinos de

¹ - Em outro trabalho, a ser finalizado, faço o mesmo com relação à eleição dos vereadores paulistanos de 1982 a 2020.

² - A 9ª legislatura sofreu os efeitos do regime autoritário, pois o mandato de seis (6) anos dos vereadores resultou de medida dos então governantes para postergar as eleições nas capitais e áreas de segurança nacional, as quais deveriam ser realizadas antes por definição dos próprios governantes que pressentindo o risco de ampla derrota alteraram o pleito. A partir da 10ª legislatura todos os mandatos passaram a ser de quatro (4) anos coincidindo início e encerramento com o dos prefeitos. O número de cadeiras aumenta para 53 na 10ª legislatura (1989-1992) e para 55 a partir da 11ª (1993-1996), assim permanecendo desde então, pois o artigo 29, inciso IV, letra x da Constituição Federal limita a esta quantidade de vagas os municípios que tem oito (8) milhões de habitantes.

acordo com a legislação brasileira, tanto a dos tempos de exceção vigente nos últimos anos do regime autoritário, quanto anterior a este. As duas (2) primeiras eleições diretas para prefeito (1985 e 1988) ainda ocorreram sob o sistema de apenas um (1) turno, sendo que o prefeito(a) eleito(a) em 1988 conviveria a partir do final de 1989 com a promulgação pela câmara municipal de uma lei orgânica³. Também na primeira (1ª) eleição, a capital contava com 35 zonas eleitorais chegando a 58 (aumento de 23) até 2020. Com a nova Constituição Federal (CF), analfabetos passaram a ter o direito de voto e aos poucos também os adolescentes a partir de 16 anos (facultativo até antes de completar 18).

A partir de 1992, com o que previa a CF de 1988 é que a eleição passou a se dar em dois (2) turnos nas capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores para os dois (2) primeiros candidatos, desde que o primeiro (1º) não obtenha metade mais um (1) dos votos válidos. No ano de 1996, teve início o voto em urnas eletrônicas ainda que este ainda não fosse aplicado ao conjunto do município de São Paulo, mas na seguinte – a de 2000 - tal universalidade já se verificou. Em 1997 o Congresso Nacional alterou a Constituição Federal introduzindo o direito de uma (1) reeleição subsequente para o presidente da República, governadores estaduais e prefeitos valendo para os que se encontravam em exercício no mandato em curso⁴.

Prefeitos e vice-prefeitos de São Paulo (1985-2020)

Os prefeitos e vice-prefeitos de São Paulo eleitos do período em foco, a despeito desses últimos não serem votados pelo eleitorado, são os apresentados na tabela 01.

TABELA 1				
<i>Prefeitos e Vice-prefeitos de São Paulo eleitos de 1985 a 2020</i>				
ELEIÇÃO	PREFEITO		VICE	
1985	Jânio da Silva Quadros	PTB	Arthur Alves Pinto	PTB
1988	Luisa Erundina de Souza	PT	Luis Eduardo Greenhalgh	PT
1992	Paulo Salim Maluf	PDS	Sólon Borges dos Reis	PTB
1996	Celso Roberto Pitta	PPB	Régis de Oliveira	PL
2000	Marta Teresa V. Suplicy	PT	Hélio Bicudo	PT
2004	José Serra	PSDB	Gilberto Kassab	PFL
2008	Gilberto Kassab	DEM	Alda Marco Antonio	PMDB
2012	Fernando Haddad	PT	Nádia Campeão	PC do B
2016	João Agripino da Costa Doria Jr.	PSDB	Bruno Covas Lopes	PSDB
2020	Bruno Covas Lopes	PSDB	Ricardo Nunes	MDB

Observação: Tabela 1.1. no anexo apresenta todos os candidatos a prefeito nas dez (10) eleições, seus partidos e votos recebidos em primeiro e segundo turnos

³ - Com a Constituição de 1946, os municípios passaram a gozar da possibilidade de editarem suas leis orgânicas próprias, espécie limitada de constituição municipal, direito este perdido com o regime autoritário de 1964, mas recuperado com a promulgação da Constituição Federal de outubro de 1988.

⁴ - Ou seja, os três (3) primeiros prefeitos do período (Jânio, Erundina e Maluf) não tiveram o direito de se candidatar a reeleição.

Os prefeitos

E qual terá sido a experiência político-eleitoral destes prefeitos antes de serem eleitos para este cargo? Seriam políticos experientes? A pergunta se justifica por vários motivos, até mesmo não políticos (como os econômicos), embora para manter o foco só na dimensão da política há de se ter em conta o tamanho do eleitorado, do orçamento (a despeito das suas restrições para investimentos) e a visibilidade obtida pelo ocupante do cargo para muito além dos limites do próprio município. A tabela 02 a seguir apresenta qual era a situação.

TABELA 2		
<i>Prefeitos de São Paulo eleitos de 1985 a 2020 e seus períodos de mandato, segundo os mandatos populares que obtiveram anteriormente</i>		
PREFEITOS	MANDATOS POPULARES	TOTAL DE MANDATOS
Jânio Quadros (1985-1988)	Vereador (1949-1953), prefeito (1953-1955), governador (1955-1961), deputado federal pelo Paraná, presidente da República (1961)	5
Luísa Erundina (1989-1992)	Vereadora (1983-1986) e deputada estadual (1987-1989)	2
Paulo Salim Maluf (1993-1996)	Deputado federal (1987-1991)	1
Celso Pitta (1997-2000)	-	-
Marta Suplicy (2001-2004)	Deputada federal (1995-1998)	1
José Serra (2005-2007)	Deputado federal (1987-1991; 1991-1995), senador da República (1995-2003)	3
Gilberto Kassab (2009-2012)	Vereador (1989-1992), deputado federal (1999-2003; 2003-2004) e vice-prefeito (2005-2007)	4
Fernando Haddad (2013-2016)	-	-
João Doria (2016-2017)	-	-
Bruno Covas (2021-2024)	Deputado estadual (2011-2014) e deputado federal (2015-2016)	2

Observa-se com facilidade que três (3) deles não tiveram qualquer experiência em disputas eleitorais⁵. Celso Pitta (1997-2000), Fernando Haddad (2013-2016), e João Doria (2017-2018) são os três (3) prefeitos que não se candidataram para qualquer mandato popular anteriormente. Pitta foi o secretário municipal de Finanças de seu antecessor, Paulo Maluf (1993-1996), sua única experiência progressiva no setor público uma vez que era executivo na empresa da família Maluf. Haddad já tivera experiência administrativa pública como Ministro da Educação (2011-2012) e ex-assessor do secretário de Finanças em São Paulo na gestão da então prefeita Marta Suplicy (PT) em parte da gestão (2001-2003). Por seu turno, João Doria teve experiência na administração indireta ligada ao turismo, seja como presidente da Paulistur (1983-1985), autarquia municipal, quando Mário Covas foi o último prefeito nomeado da

⁵ - Alerto que este trabalho registra apenas as candidaturas que resultaram em eleição, uma vez que alguns deles (tanto prefeitos quanto vices) foram candidatos anteriormente em mais de uma oportunidade e para mais de um cargo.

capital e depois presidente da Embratur (1986-1988) empresa pública ligada ao governo federal (1986-1988) durante o governo do presidente José Sarney.

Mas se três (3) não tiveram experiência, os outros sete (7) totalizaram 20 mandatos populares, considerando-se as reeleições. No entanto, experiência político-eleitoral no próprio município de São Paulo foi algo limitado a quatro (4) deles, Jânio Quadros, Luísa Erundina, Gilberto Kassab e Bruno Covas. Este dado é importante porque relativiza a máxima de que a vida política tem início no município. Talvez esta seja particularidade de São Paulo, de longe o maior do Brasil e, portanto, com várias possibilidades e atrativos que não se limitam ao governo local⁶.

Os vice-prefeitos

Acompanhe na tabela 03 a seguir, a eventual experiência dos dez (10) vice-prefeitos, considerando o momento em que eles assumiram suas funções.

TABELA 3		
<i>Vice-prefeitos de São Paulo eleitos de 1985 a 2020 segundo os mandatos populares que obtiveram antes de chegar à função</i>		
VICE	MANDATOS POPULARES	TOTAL
Arthur Alves Pinto	Vereador (1973-1976; 1977-1978), deputado estadual (1979-1983, 1983-1987)	4
Luis Eduardo Greenhalgh	Suplente de deputado federal exercendo o mandato (1987-1988)	-
Sólton Borges dos Reis	Deputado estadual (1959-1962, 1963-1966, 1967-1970, 1971-1974, e 1974-1978)	5
Régis Fernandes de Oliveira	Deputado federal (1995-1996)	1
Hélio Pereira Bicudo	Deputado federal (1991-1995; 1995-1998)	2
Gilberto Kassab	Vereador (1989-1992), deputado federal (1999-2003; 2003-2004)	3
Alda Marco Antonio	-	-
Nádia Campeão	-	-
Bruno Covas Lopes	Deputado estadual (2011-2015), deputado federal (2015-2016)	2
Ricardo Nunes	Vereador (2013-2016, 2017-2020)	2

Observa-se com clareza que sete (7) foram eleitos anteriormente, e três (3) não, embora um (1) destes (Greenhalgh) tenha sido suplente de deputado federal e exercido o mandato em mais de uma oportunidade. Os sete (7) totalizaram 19 mandatos estando nestas computadas as reeleições, ou seja, um (1) a menos do que os prefeitos.

As duas (2) vices que não tiveram experiência eleitoral tiveram, contudo, participação em cargos públicos executivos. Alda Marco Antonio foi secretária de estado do Trabalho (1986-

⁶ - Examino a carreira política dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) em pormenores em meu livro *Amadores, Passageiros e Profissionais* (2011), resultado de minha tese de doutorado.

1987) na gestão do governador André Franco Montoro e secretária de estado do Menor nos governos sucessores de Montoro, isto é, de Orestes Quércia e Luiz Antonio Fleury, todos do PMDB. Nádia, por sua vez, foi secretária de Esportes do município de São Paulo na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004).

Tal como no caso dos prefeitos, somente três (3) vices (Arthur Alves Pinto, Gilberto Kassab e Ricardo Nunes) elegeram-se vereador anteriormente, o que é mais um elemento a se considerar na reflexão a respeito do início da carreira política.

Eleição em dois turnos

Desde 1992, quando a regra dos dois (2) turnos começou a valer para ser aplicada nas situações em que o primeiro colocado não obtivesse metade mais um dos votos válidos, a eleição só prescindiu desse recurso em 2016 quando João Doria (PSDB) foi eleito superando esta marca mínima exigida. Ou seja, sete (7) das oito (8) eleições pós-introdução do segundo turno foram concluídas na segunda rodada. E em apenas uma (1) edição, a eleição de 2012, o primeiro (1º) colocado no primeiro turno, José Serra (PSDB), perdeu no segundo (2º) para Fernando Haddad (PT).

Reeleição de prefeitos e insucesso nas urnas

E como já havia mencionado anteriormente, o princípio da reeleição foi introduzido no caso dos municípios para o pleito de 2000, o que daria seis (6) edições no total até 2020. Mas no caso de São Paulo, há três (3) situações que fogem de caso estrito de tentativa de reeleição, uma (1) das quais inesperada para quem não acompanhasse a política paulistana: o então prefeito Celso Pitta do Nascimento não se candidatou à reeleição, pois reunia altos índices de desaprovação popular nas pesquisas de opinião pública e se encontrava em conflito com seu padrinho, o ex-prefeito Paulo Salim Maluf, e, por último, estava sem um partido político, condição básica para qualquer cidadão pleitear cargo público eletivo no Brasil. A edição de 2008 igualmente viveu situação específica uma vez que o prefeito eleito em 2004 (José Serra, PSDB) renunciou ao cargo no primeiro trimestre de 2006 para se candidatar, com sucesso, ao governo do estado de São Paulo. E também o prefeito eleito em 2016 no primeiro turno, João Doria, deixaria o cargo no início de 2018 a fim de pleitear, também com sucesso, o governo do estado de São Paulo. Desse modo, São Paulo contaria apenas três (3) pleitos com prefeitos que disputaram sua própria sucessão (2004, 2012 e 2016). Quando da primeira renúncia, em 2006, o vice do prefeito José Serra, Gilberto Kassab, era de outro partido, o DEM, mas na de 2016, prefeito renunciante e vice (Bruno Covas) são das mesmas fileiras.

Em dois (2) pleitos o(a) prefeito(a) não conseguiu a reeleição e em ambos os casos quando os chefes de governo pertenciam ao Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, Marta Suplicy (2004) e Fernando Haddad (2016). Desse modo, ironicamente, somente dois (2) prefeitos foram reeleitos desde que consideremos Gilberto Kassab (2008) e Bruno Covas (2020), que haviam sido eleito vice-prefeitos.

Todos os candidatos: a miséria dos microcandidatos

Os dez (10) prefeitos foram eleitos a partir de 121⁷ candidaturas no decorrer de 35 anos, em uma razão de 12,13 candidatos por eleição, porém resultando em um total de 86 candidatos efetivamente, pois 18 deles (20,9%) concorreram mais de uma (1) vez. Tais postulações ocorreram por meio de 50 partidos⁸, dado este indicador de quão pouco ou nada significativo se constituem a maioria destes, especialmente se fora considerado que vários se fundiram, ficaram inativos ou mesmo desapareceram e outros foram criados no decorrer destes anos. Não é difícil demonstrar que muitas candidaturas pouco ou nada representam eleitoralmente ainda que possam estar investidas de pessoas que tem atuação relevante na sociedade ou até mesmo já militem em causas públicas há tempo. Porém, é difícil encontrar tal realidade entre os que concorreram ao cargo de prefeito, ainda que não seja improvável que muitos destes nomes tenham, quando muito subtraído votos de candidaturas com melhor penetração eleitoral e pertencendo a seu espectro político e ideológico.

Dentre os micro candidatos, José Levy Fidelix da Cruz (PRTB), é aquele que divide com os ex-prefeitos Luiza Erundina (PT) e Paulo Maluf (PPB) o maior número de postulações; cinco (5) a partir de 1996 (só não tendo concorrido depois disso em 2004). Ora, a soma dos votos de todas suas presenças conferiu-lhe **62.636** votos. Se todos estes votos fossem de uma (1) única candidatura, em 1996, por exemplo, mantendo-se constante as votações dos demais candidatos (onze – 11 – no total, incluindo Fidelix), ele obteria apenas a sexta (6^a) posição e

⁷ - Lembrando que seriam 123 como explica a nota seguinte. Excetuando-se Rogê Ferreira em 1985, e Fernando Collor de Mello em 1992, os quais tiveram seus nomes nas cédulas ainda em papel, mas por diferentes razões não chegaram ao dia da eleição como candidatos.

⁸ - O total de partidos é um pouco menor se considerarmos, por exemplo, algumas siglas que mudaram apenas o nome, ou sendo maiores absorveram outras menores e também mudaram o nome. Exemplo: O PDS se tornou PPB e depois PP, inicialmente mudando o nome e depois absorvendo sigla menor. Outro: PFL mudou o nome para DEM.

mesmo assim bem abaixo do quinto (5º), José Aristodemo Pinotti (PMDB), o que representaria desprezíveis 1,2% dos votos válidos daquele pleito.

Os votos dados aos principais partidos

Apesar de analistas tecerem duras críticas aos partidos políticos no tocante a sua capacidade de representar efetivamente ao eleitorado não é possível ignorá-los devido à exigência legal que não pode haver qualquer candidatura a cargo de representação popular sem que seja por intermédio dos mesmos. Muito da crítica feita aos partidos (e procedentes) é sobre o elevado número de agremiações sem que a prática política (e também seus programas) pouca diferença estabeleçam entre si (mesmo quando possam existir), dificultando ao cidadão a percepção de suas efetivas particularidades. Porém, alguns partidos são capazes, ainda que minimamente, de se fazer veículos da expressão de determinados interesses e ideias mesmo que ao serem eleitos possam se distanciar mais ou menos de seus compromissos programáticos. Reproduz-se na tabela seguinte a votação obtida em primeiro turno ou turno único as votações destas agremiações acumuladas nas dez (10) eleições.

TABELA 4				
<i>Votação dos partidos políticos no primeiro (1º) turno ou turno único das dez (10) eleições realizadas (1985-2020), em ordem decrescente de votos absolutos e de participação percentual no total de votos, média de votos por participação e total de participações</i>				
PARTIDO	VOTOS ACUMULADOS	% DO TOTAL	MÉDIA POR PARTICIPAÇÃO	TOTAL DE PARTICIPAÇÕES
PT	14.539.033	27,50	1.453.903	10
PSDB	13.145.532	24,86	1.460.615	9
PDS-PPB-PP	7.935.203	15,01	1.133.600	7
PMDB	4.819.207	9,12	803.201	6
DEM-PFL	2.773.081	5,25	1.386.541	2
PTB	1.635.964	3,09	545.321	3
PSB*	1.519.297	2,87	506.432	3
PSOL	1.369.783	2,59	342.446	4
PDT	529.177	1,00	132.294	4
SUB-TOTAL	47.666.877	90,16	993.060	48
Siglas em geral (não à esquerda)	5.081.845	9,61	89.155	57***
Outras siglas de esquerda**	120.747	0,23	7.103	17***
TOTAL	52.869.469	100	436.938	121****
*Seriam quatro (4) as participações se a de 1985 de Rogê Ferreira (desistindo pouco antes do pleito fosse computada); **PCdoB, PCO, PSTU e REDE (não foram aqui considerados de esquerda PPS e PV). ***O número de participações é a soma de todas estas siglas (à exceção da REDE, mais recente, as demais concorrendo simultaneamente em várias edições). ****Formalmente seriam 123 como já explicado, mas duas (2) candidaturas foram retiradas pouco antes do pleito se realizar				

E os dados contidos na tabela 4 praticamente falam por si só. Mesmo com elevado número de agremiações, os votos para os candidatos a prefeito se concentraram em no máximo nove (9) valendo-se, para isso, de critério pouco exigente (incluindo, por exemplo, um partido, PDT, que em quatro - 4 - participações pouco passou de meio milhão de votos). As nove (9) legendas albergaram 90,16% de todos os votos dados nos dez (10) pleitos em 35 anos. Agora,

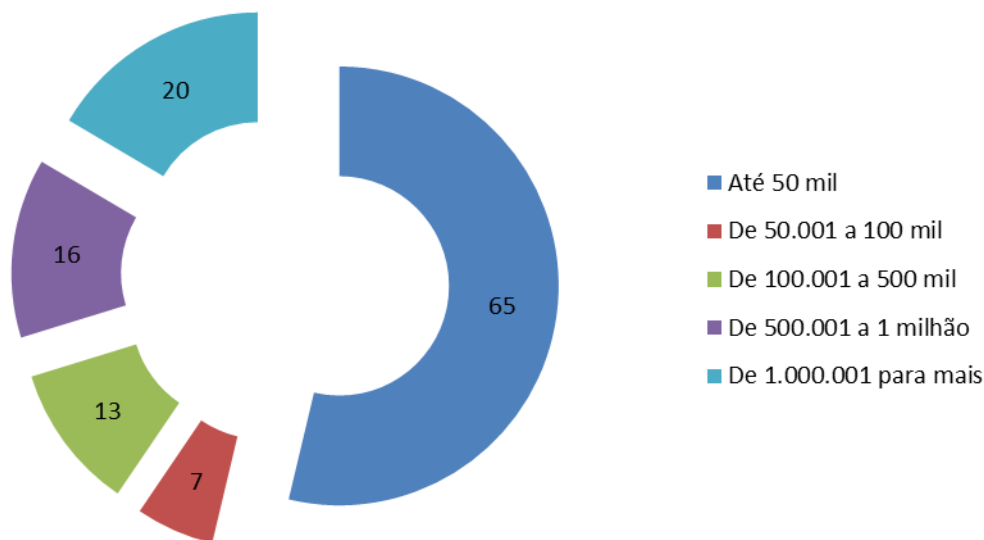
sendo rigoroso neste quesito e considerando apenas o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), os quais obtiveram mais votos em termos absolutos e relativos, estes já representaram 52,36% de todos os votos emitidos desde 1985, conquanto nem sempre tenham conquistado a prefeitura de São Paulo.

Faixas de votos dos candidatos

Separando-se os votos obtidos no primeiro turno⁹ em cinco (5) faixas de votos, constata-se que mais da metade se situa na mais baixa (de até 50 mil) destas, nada menos que 65 (53,7%) (*vide gráfico de rosca*). Trata-se, assim, de indicador poderoso da pouca representatividade da larga maioria das siglas (ou simplesmente dos candidatos) que se apresentam à disputa.

E a segunda (2ª) maior frequência de votação encontra-se na faixa superior, isto é, a partir de um (1) milhão de votos com 22 candidaturas. Tem-se, assim, nítida polarização nas extremidades.

Faixa de votos de 121 candidaturas entre 1985 e 2020

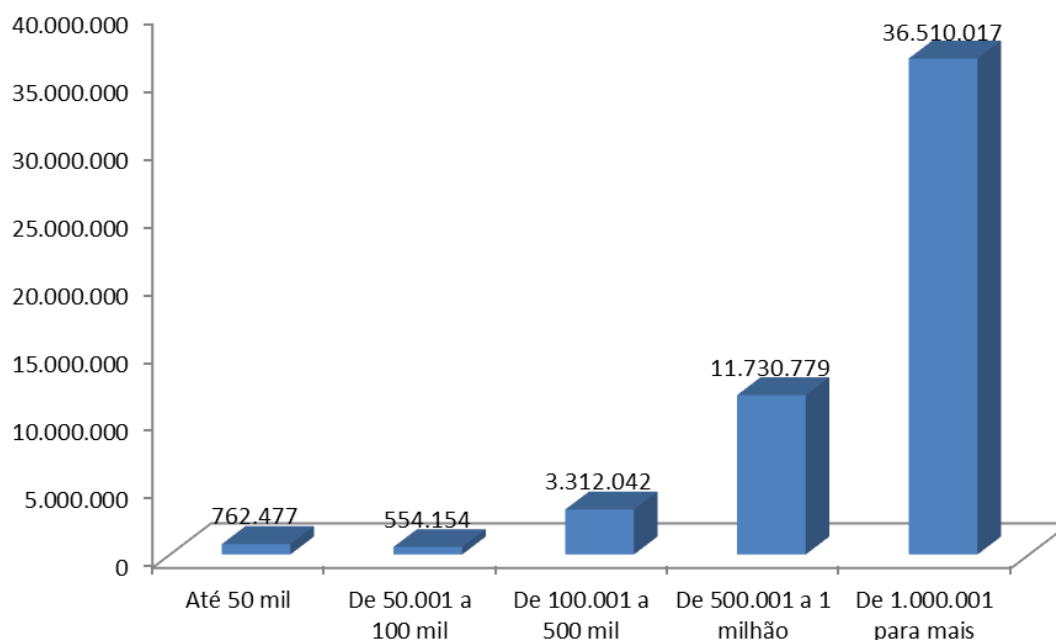


Alterando a atenção da relação entre a quantidade de candidaturas por faixas eleitorais para o quanto de votos se somaram destas candidaturas em cada uma das cinco (5) é estarrecedor verificar no gráfico 2 a seguir (*primeira coluna à esquerda*) que

⁹ - Tal recurso é para se poder comparar com as eleições que ainda não tinham dois (2) turnos ou não precisou (2016).

as 65 candidaturas que ocupam a primeira faixa (de até 50 mil votos) somaram em todos estas disputas **762.477** votos, número este que supera somente o da faixa imediatamente acima (de 50.001 até 100 mil), mas na qual se encontram apenas cinco (5) candidaturas. E na segunda (2º) faixa eleitoral com maior número de candidaturas, exatamente a de mais alta votação, as 20 postulações (16,5%) nas 10 edições das eleições paulistas geraram **36.510.17** votos, o que significa 69,1% dos 52.869.469 votos produzidos pelas 121 candidaturas. Portanto, ocorre uma inversão profunda nas distribuições.

Gráfico 2 -Total de Votos das Candidaturas nas Faixas Eleitorais (1985-2020)



Resumo eleitoral do período

Fica mais fácil compreender o desempenho dos candidatos mobilizando o resumo eleitoral das dez (10) eleições do período no primeiro (1º) turno com a ajuda das tabelas a seguir disponibilizadas, as quais se traduzem nos dados relativos ao próprio eleitorado apto a votar, votos válidos, votos em branco, nulos, comparecimento eleitoral e abstenção. Primeiramente focalizo o eleitorado apto a votar. O mesmo simplesmente dobrou de 1985 a 2020 se aproximando de nove (9) milhões de eleitores, porém, apresentando uma taxa de crescimento a cada eleição significativamente menor (partindo de um aumento em 1988 comparado a 1985 de 23,28% para apenas 1,16% em

2020 comparado a 2016). Isto é de se esperar em uma sociedade que vem apresentando redução importante nas taxas de natalidade, bem como uma população vivendo mais tempo¹⁰. Todavia, a alteração na composição etária do eleitorado pode estar acarretando mudanças na resposta do eleitor aos estímulos eleitorais.

Observe na tabela 5 a seguir que os votos válidos diminuem ligeiramente na terceira (3ª) votação do período (1992), voltando a subir a partir de 1996 continuamente até 2008. Mas em 2016 a queda nos válidos se reinicia chegando até a presente eleição de 2020. Os votos em branco e os nulos, por sua vez, apresentam importante redução a partir de 1996 com a introdução da urna eletrônica, pois larga parte dos votos em branco e nulos se deviam à dificuldade do eleitor (e/ou também dos apuradores) no preenchimento da cédula e dos apuradores em reconhecer a caligrafia. No entanto, os brancos e nulos voltam a subir em 2000, recuam na eleição seguinte (2004) e retomam crescimento em 2008. Em 2020, brancos e nulos caem já no primeiro turno em rota distinta a da abstenção eleitoral, crescente continuamente.

TABELA 5					
<i>Resumo eleitoral do primeiro turno das 10 edições das eleições para prefeito de São Paulo (1985-2020)</i>					
RESUMO	1985	1988	1992	1996	2000
VOTOS VÁLIDOS	3.396.697	4.172.534	4.169.480	5.215.599	5.466.669
VOTOS EM BRANCO	37.575	663.884	686.126	87.078	249.970
VOTOS NULOS	154.769	306.884	609.769	300.333	384.166
COMPARECIMENTO	4.190.041	5.142.802	5.465.375	5.603.010	6.119.318
ABSTENÇÃO	653.327	385.602	683.878	1.162.397	1.015.303
ELEITORADO	4.884.468	5.528.404	6.149.253	6.765.407	7.134.821
RESUMO	2004	2008	2012	2016	2020
VOTOS VÁLIDOS ¹¹	6.167.371	6.369.283	6.128.652	5.789.891	5.338.786
VOTOS EM BRANCO	151.598	230.717	381.407	367.471	337.037
VOTOS NULOS	290.414	316.744	516.384	788.379	642.277
COMPARECIMENTO	6.609.383	6.916.744	6.945.741	6.354.100	7.026.488
ABSTENÇÃO	1.162.120	1.281.538	1.592.722	1.940.454	2.632.587
ELEITORADO	7.771.503	8.198.282	8.619.170	8.886.195	8.989.687

¹⁰ - É fato, porém, que no caso eleitoral o eleitor a partir de 70 anos está desobrigado a votar. Ainda assim, em termos absolutos o eleitorado que comparece nas eleições a partir desta idade é maior do que 35 anos atrás.

¹¹ - Votos válidos na eleição para o poder executivo é simplesmente a somatória dos votos nominais. Antes da introdução da urna eletrônica, os válidos reuniam os atribuídos ao partido, mas depois disso os votos partidários e no candidato se tornaram uma coisa só porque o eleitor tecla a dezena de seu candidato que é também o número do partido. É diferente no caso da eleição proporcional, porque a numeração dos candidatos é no milhar; superior, portanto, a de seu partido.

A tabela 5.1 a seguir proporciona maior clareza para se fazer a comparação entre as eleições, pois ao se trabalhar com porcentagem (eleitorado base 100) elimina-se o risco de interpretações equivocadas devido ao constante aumento do número de eleitores anteriormente tratado à parte. No ano de 1988, quando Luíza Erundina (PT) foi eleita, ocorreu a mais baixa abstenção de todas as edições (6,97%), que subirá continuamente a partir do pleito de 2000.

TABELA 5.1					
<i>Resumo eleitoral das 10 edições das eleições municipais para prefeito em São Paulo (1985-2020)</i>					
<i>Eleitorado base 100</i>					
RESUMO	1985	1988	1992	1996	2000
ELEITORADO	100	100	100	100	100
ABSTENÇÃO	13,49	6,97	11,12	17,18	14,23
COMPARECIMENTO	86,51	93,03	88,88	82,82	85,77
VOTOS NULOS	3,20	5,55	9,92	4,44	5,38
VOTOS EM BRANCO	0,78	12,00	11,16	1,29	3,50
VOTOS VÁLIDOS	75,77	75,47	67,80	77,09	76,62
RESUMO	2004	2008	2012	2016	2020
ELEITORADO	100	100	100	100	100
ABSTENÇÃO	14,95	15,63	18,48	21,84	29,28
COMPARECIMENTO	85,05	84,37	81,52	78,16	59,39
VOTOS NULOS	3,74	3,86	5,99	8,87	7,14
VOTOS EM BRANCO	1,95	2,81	4,43	4,14	3,75
VOTOS VÁLIDOS	79,36	77,69	71,10	65,16	59,39

Os votos válidos também caíram continuamente desde 2004 mesmo que o número de candidatos tenha sido invariavelmente alto (sempre acima de 10), embora vários políticos e analistas acreditem que grande número de postulantes favoreça este indicador. E a abstenção é claramente crescente a partir de 2000 chegando ao ponto mais alto em 2020. Mesmo que nesta 10ª edição a pandemia da covid-19 seja motivo suficientemente forte para explicar seu incremento, parece pouco provável que seria menor do que 22 ou 23% no primeiro turno, isto é, mantendo seu ritmo de aumento.

E a queda dos votos válidos traz algo de muito interessante porque esta diminuição se distribui nas votações agregadas por colocações como apresento na tabela 5.2 (*vide anexos*) e de forma mais cruel mirando nos votos absolutos os quais seriam de esperar aumento nominal devido ao crescimento do eleitorado.

As Mulheres no Executivo

Das 121 candidaturas 20 destas foram do sexo feminino, ou seja, 16,4%, mas efetivamente se tratam de dez (10) diferentes candidatas em um total de 87 candidatos, isto é, 11,5%. Pouco quando se tem em conta que as mulheres formam a maioria na população paulistana¹², bem como no eleitorado paulistano (54,1% contra 45,82% dos homens em 2020 sendo a do Brasil de 52,49% versus 47,48%).

Mas a eficácia foi grande, pois duas (2) mulheres dentre dez (10) governaram o município de São Paulo, ambas eleitas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), dentre os dez (10) eleitos que exerceram o cargo a partir de 1985 pelo voto popular. Primeiramente Luisa Erundina de Souza, eleita em 1988, imigrante nordestina, solteira e assistente social e funcionária de carreira da Prefeitura de São Paulo (PMSP), que, vinha de fora, portanto, dos círculos sociais e econômicos dominantes. Em segundo lugar, em um lapso de 12 anos, Marta Teresa de Vasconcelos Suplicy, uma pessoa proveniente das elites do estado, sexóloga, casada com Eduardo Matarazzo Suplicy, um acadêmico e atuante na política havia mais tempo do que ela, e, exercendo mandatos parlamentares, sendo filho de uma tradicional família industrial. Uma terceira mulher, Alda Marco Antonio, engenheira, solteira, elegeu-se vice-prefeita pelo PMDB no penúltimo pleito de 2008, sendo a única dentre os sete (7) que desempenharam a mesma função. Em meio às diferenças entre às três (3) mulheres, há em comum o fato de elas terem tido convicções pessoais fortes e disposição para enfrentar resistências de um mundo predominantemente masculino, embora com fortes mudanças em curso.

Comparar o desempenho das mulheres e dos homens no decorrer destas dez (10) edições considerando as médias ponderadas dos percentuais de votos válidos de todos os candidatos (em primeiro turno) oferece compreensão mais ampla. A média dos homens é de 8,03 em uma distribuição de 101 e a das mulheres é de 10,37 em uma distribuição de apenas 20, vantagem destas últimas de 2,34 pontos percentuais.

¹² - Na população paulistana, tomando os censos demográficos como referência no decorrer de 40 anos, os percentuais de participação das mulheres foram os seguintes: 1970 (50,9%); 1980 (51,12%); 1991 (51,76%); 2000 (52,24%); e 2010 (52,65%), ou seja, crescimento ininterrupto, e de forma bem mais pronunciada do que no Brasil que passa de 50,26% em 1970 para 51,03% em 2010.

Prefeitos eleitos versus segundos colocados e demais candidatos

Cotejar os votos obtidos pelo prefeito eleito frente ao do segundo colocado e ao de todos os adversários é um meio de se conhecer melhor a força daquele que venceu o pleito, pois usualmente este só é comparado ao seu rival direto o que gera razoável distorção da análise, uma vez que os demais concorrentes podem estar próximos ou distantes do segundo indicando maior ou menor poder de competição. A análise se faz ainda mais robusta levando em conta o percentual de votos dos candidatos sobre o eleitorado apto a votar, pois assim é possível verificar de forma inclusiva a capacidade de mobilização do prefeito eleito, embora isto não dependa apenas de sua candidatura.

Eleitos versus Segundos Colocados

Primeiramente, analisamos a diferença de votos em pontos percentuais dos prefeitos e dos segundo colocados em primeiro turno e depois no segundo turno, e, por último comparamos aos demais candidatos. As variações nas diferenças, como se observa na tabela abaixo, foram muito intensas (grandes ou pequenas, mas sem pisos intermediários), revelando características muito distintas em cada disputa. As diferenças vão de um desprezível 0,64 ponto na eleição de 2008, quando Kassab superou já no primeiro turno a ex-prefeita Marta Suplicy, até uma enorme diferença de 18,48 pontos na de 1996, quando Celso Pitta superou a ex-prefeita Luíza Erundina.

TABELA 6		
<i>Desempenho dos dois principais candidatos em Percentuais do Eleitorado e diferença em Pontos Percentuais, com base no Eleitorado Apto, entre os Prefeitos Eleitos e os Segundos Colocados, em Primeiro Turno (1985-2012)</i>		
ANO	PRIMEIRO E SEGUNDO COLOCADOS EM %	DIFERENÇA
1985	1) Jânio (32,46%), 2) Fernando Henrique (29,45%)	3,01
1988	1) Erundina (27,76%), 2) Maluf (22,75%)	5,01
1992	1) Maluf (33,12%), 2) Suplicy (20,8%)	12,32
1996	1) Pitta (37,56%), 2) Erundina (19,08%)	18,48
2000	1) Marta (29,5%), 2) Maluf (13,46%)	16,04
2004	1) Serra (34,57%), 2) Marta (28,43%)	6,14
2008	1) Kassab (26,11%), 2) Marta (25,47%)	0,64
2012	1) Serra (21,86%), 2) Haddad (20,51%)	1,35
2016*	1) Dória (34,72%)	25,83
2020	1) Bruno Covas (19,51%); 2) Boulos (12,02%)	7,49

*Eleição decidida em primeiro turno

Ainda em relação ao primeiro turno, a média dos percentuais de votos dos primeiro colocados com base no eleitorado é maior nas cinco (5) primeiras eleições (1985-2000), 32,08%; do que nas cinco (5) posteriores (2004-2020), 27,35% (diferença de 4,73 pontos). E a média dos segundos colocados segue a mesma característica (21,13% nas cinco primeiras edições e 19,48% nas cinco mais recentes), mas com diferença bem menor; 1,65 ponto. Constata-se, ainda, como os desempenhos (e a representatividade consequentemente) são baixos tendo o eleitorado como referência.

Passando do primeiro (1º) para o segundo (2º) turno, há sete (7) eleições (1992-2020) decididas no segundo (2º) turno e os resultados das diferenças entre os eleitos e segundo colocados são menos díspares situando-se em patamares altos (de 12,69 pontos a 18,53%), à exceção de dois (2) pleitos (7,59 pontos e 7,87 pontos). A diferença nos números dos dois (2) turnos é respaldada tanto pelo desvio padrão (7,87 no primeiro e 3,76 no segundo) quanto pelo coeficiente padrão (81,7% no primeiro e 30,04% no segundo).

TABELA 6.1		
<i>Percentuais de Votos e diferença em Pontos Percentuais do primeiro para o segundo com base no Eleitorado Apto, entre os Prefeitos Eleitos e os Segundos Colocados, em Segundo Turno (1992-2020)</i>		
ANO	PRIMEIRO E SEGUNDO COLOCADOS	DIFERENÇA
1992	1) Maluf (45,62%), 2) Suplicy (32,93%)	12,69
1996	1) Pitta (46,98%), 2) Erundina (28,45%)	18,53
2000	1) Marta (45,52%), 2) Maluf (32,28%)	13,24
2004	1) Serra (42,85%), 2) Marta (35,26%)	7,59
2008	1) Kassab (46,24%), 2) Marta (29,92%)	16,32
2012	1) Haddad (39,30%), 2) Serra (31,43%)	7,87
2020	1) Bruno Covas (32,25%), 2) Boulos (24,12%)	11,14

Quanto aos votos absolutos dos prefeitos estes se apresentaram de forma alternada, isto é, cresceram e diminuíram. Ironicamente, a menor votação absoluta de um prefeito eleito, em primeiro turno, foi a do eleito em 2020, Bruno Covas, recebendo 1.754.013, quando seria de se esperar que fosse a maior ou uma das maiores em consequência do aumento constante do eleitorado. Mas foi a maior votação de todos os outros candidatos somados (3.583.632), como dos brancos e nulos somados (979.314). Parte desta explicação reside menos na representatividade propriamente dita de vários candidatos, mas, também, no impacto provocado pela pandemia da covid-19. Em 1988 Luíza Erundina elegeu-se com menor votação que a obtida por seu antecessor Jânio Quadros, sendo o sucessor de Erundina obteve mais votos no

primeiro turno de 1992 e na mesma direção os sucessores desses até a eleição de 2008, quando o então eleito, Gilberto Kassab, obteve menor votação no primeiro turno do que seu antecessor, e, companheiro de chapa, José Serra, em 2004. O comportamento dos votos brancos e nulos para prefeito oscilou bastante (*vide tabela 7 a seguir*).

TABELA 7				
<i>Votos do Prefeito Eleito Versus dos Adversários e Votos Brancos e Nulos somados em Primeiro e Segundo Turnos, e total de candidatos</i>				
ANO DA ELEIÇÃO	VOTOS DO ELEITO	VOTOS DE TODOS NÃO ELEITOS (OU NÃO FINALISTAS) (1º Turno)	VOTOS BRANCOS +NULOS	TOTAL DE CANDIDATOS (1º Turno)
1985	1.572.260	2.425.437	192.344	11
1988	1.534.592	2.637.942	970.268	14
1992 (1 turno)	2.036.776	2.132.704	1.295.895	9
1992 (2 turno)	2.805.201	2.024.957	544.776	2
1996 (1 turno)	2.541.150	2.674.449	87.078	11
1996 (2 turno)	3.138.330	1.924.630	107.409	2
2000 (1 turno)	2.105.013	3.146.259	634.136	15
2000 (2 turno)	3.247.900	2.303.508	502.049	2
2004 (1 turno)	2.686.396	3.480.975	442.012	14
2004 (2 turno)	3.330.179	2.740.152	337.138	2
2008 (1 turno)	2.140.423	4.228.860	547.461	11
2008 (2 turno)	3.790.558	2.452.527	516.842	2
2012 (1 turno)*	1.776.317	4.352.335	897.791	12
2012 (2 turno)	3.387.720	2.708.768	799.802	2
2016 (1 turno)	3.085.187	2.704.749	1.155.850	11
2020 (1 turno)	1.754.013	3.583.632	979.314	13
2020 (2 turno)	3.169.121	2.168.109	880.278	2

*O eleito, Fernando Haddad, obteve o segundo lugar no primeiro turno, sendo esta a votação aqui apresentada

O melhor desempenho de um prefeito eleito no segundo (2º) turno foi de Gilberto Kassab em 2008 (3.790.558) e o de um candidato derrotado em segundo turno, Martha Suplicy, em 2004 (2.740.152), quando tentava a reeleição e perdeu para José Serra. Os nulos e brancos somados foram maiores em 2020, porém, se é possível falar em um ideal nos regimes democráticos para os votos brancos e nulos é que estes sejam insignificantes (o mais baixo possível). Isto se verificou em 1996 (107.409), quando da estreia parcial das urnas eletrônicas ensejando análise segundo a qual parte desses votos no passado se explicariam pelo fato de o eleitor ter dificuldade para votar e/ou má vontade dos escrutinadores dos tribunais regionais de entender a letra (no caso específico dos nulos).

Taxas de Representatividade Eleitoral (T.R.E)

Quando passamos a observar as diferenças entre as Taxas de Representatividade Eleitoral (TRE)¹³ obtidas pelo prefeito e a de seus adversários somados em primeiro (1º) e segundo (2º) turnos constata-se que somente em 2016, com João Doria Jr (PSDB), ele(a) saiu-se vencedor. Só mesmo (como não poderia ser diferente) no segundo (2º) turno, quando os resultados do vencedor superaram 10 pontos percentuais em quatro (4) oportunidades (1992, Paulo Maluf vence com 12,99 pontos de diferença, em 1996 Pitta com 18,53 pontos, Marta em 2000 com 13,24 pontos e Gilberto Kassab em 2008 com 16,32 e Bruno Covas em 2020 obtendo 11,13 pontos). As vitórias um pouco menores de Serra (7,59) e de Haddad (7,87) em segundo (2º) turno é que no caso do primeiro (Serra) este venceu uma prefeita que buscava a reeleição e tinha elevada popularidade. No caso do segundo (Haddad), ele venceu a Serra que o havia vencido no primeiro turno, sendo ele ex-prefeito e ex-governador de São Paulo. A vitória de Haddad parece ter sido possível pelo forte desgaste do candidato tucano que havia renunciado ao cargo de prefeito, quando na campanha dissera que não o faria, e também ter renunciado ao governo do estado para disputar a Presidência da República (2010).

Interessante destacar que a TRE-A por ter o eleitorado apto como base tende a ser sempre modesta, porém esta só foi muito baixa na eleição do prefeito Bruno Covas no primeiro turno (19,51%) e nas duas (2) eleições nas quais o PT foi vencedor, quando teve meros 26,1%. Em 1988 Luíza Erundina teve 27,76% e no primeiro (1º) turno de 2000 Marta Suplicy alcançou 29,5%. Nesses dois (2) casos elas se assemelham às médias históricas dos vereadores paulistanos eleitos, as quais, quase sempre são baixas¹⁴. Celso Pitta (PPB) foi quem obteve a mais alta TRE-A, 37,56%.

¹³ -A Taxa de Representatividade Eleitoral, também chamada de Densidade Eleitoral, é o percentual de votos do candidato observado tendo uma ou mais bases de comparação. As mais comuns são Votos Válidos, Comparecimento Eleitoral e Eleitorado Apto. A taxa ampla, que utilizo, é sobre o eleitorado apto, o qual inclui os votos brancos e nulos e os que se abstiveram no dia do pleito. Assim, a taxa é indica também a capacidade do candidato em foco de mobilizar os eleitores em direção ao seu nome.

¹⁴ - Calculo as taxas dos vereadores coletivamente, isto e, a de todos os eleitos sobre uma das três bases, quase sempre sobre comparecimento eleitoral ou eleitorado. No *produto 05 de Processo & Decisão Consultoria* há estudo específico sobre as sete eleições da Câmara Municipal de São Paulo (de 1982 a 2012), embora nesse especificamente as taxas não foram objeto de análise.

TABELA 8

Taxas de Representatividade Eleitoral (TRE-A) do Primeiro Colocado
do Prefeito Eleito e dos Adversários
e a Diferença em pontos percentuais, tendo por base o eleitorado apto a votar*

ANO DA ELEIÇÃO	PREFEITO ELEITO	T.R.E.-A	T.R.E.-A DOS ADVERSÁRIOS	PONTOS PERCENTUAIS DIFERENÇA
1985 (turno único)	Jânio Quadros	32,46	50,12	(17,66)
1988 (turno único)	Luisa Erundina	27,76	47,89	(20,13)
1992 (1º turno)	Paulo Maluf	33,12	34,67	(1,55)
1992 (2º turno)	Paulo Maluf	45,62	32,93	12,99
1996 (1º turno)	Celso Pitta	37,56	39,53	(1,97)
1996 (2º turno)	Celso Pitta	46,98	28,45	18,53
2000 (1º turno)	Marta Suplicy	29,50	47,87	(18,37)
2000 (2º turno)	Marta Suplicy	45,52	32,28	13,24
2004 (1º turno)	José Serra	34,57	44,78	(10,21)
2004 (2º turno)	José Serra	42,85	35,26	7,59
2008 (1º turno)	Gilberto Kassab	26,11	51,59	(25,48)
2008 (2º turno)	Gilberto Kassab	46,24	29,92	16,32
2012 (1º turno)	Fernando Haddad*	20,61	50,48	(29,87)
2020 (2º turno)	Fernando Haddad	39,30	31,43	7,87
2016 (1º turno)**	João Dória	34,72	30,44	4,28
2020 (1º turno)	Bruno Covas	19,51	39,86	(20,35)
2020 (2º turno)	Bruno Covas	35,25	24,12	11,13

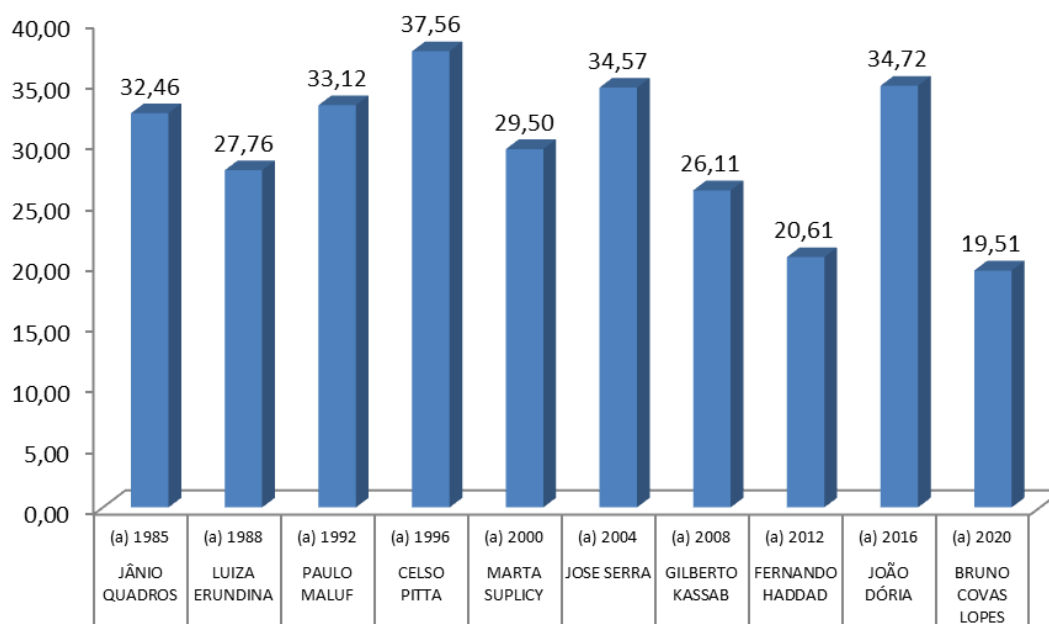
*Fernando Haddad venceu a eleição, mas chegou em 2º lugar no 1º turno; - **Vitória em 1º turno

Evolução das T.R.E-A dos prefeitos em primeiro turno

Mirando só nas TRE-A dos prefeitos na figura a seguir que se elegeram no período observa-se claramente a evolução variada da mesma ao longo dos 35 anos de pleitos. Começa mais alta em 1985 (32,46%) para cair em 1988 (27,76%) voltando a subir em 1992 (33,12%), atingindo seu ponto mais alto em 1996 (37,66%, efeito do apoio de Paulo Maluf sobre Celso Pitta, candidato da situação), para cair bem em 2000 (29,5%), voltar a subir nitidamente em 2004 (34,52%) e também cair significativamente em 2008 (26,11%) e mais ainda em 2012¹⁵ (20,61%). Volta a subir intensamente em 2016 quando João Doria vence no primeiro turno (34,72%), mas ainda assim não supera a de Pitta em 1996. É uma razoável oscilação no conjunto, sendo as maiores em 2016 (+14,11 em relação a 2012) e 2020 (-15,21 em relação a 2016). Mas esta variação, embora importante, não é tão intensa, como indica a média que é bastante representativa desta distribuição – 29,59% - e como ilustra o desvio padrão (5,77) e, ainda, o coeficiente padrão, ou seja, 19,49% desta medida central.

¹⁵ - A queda seria um pouco menor considerando José Serra, que chegou em primeiro lugar com 21,86%.

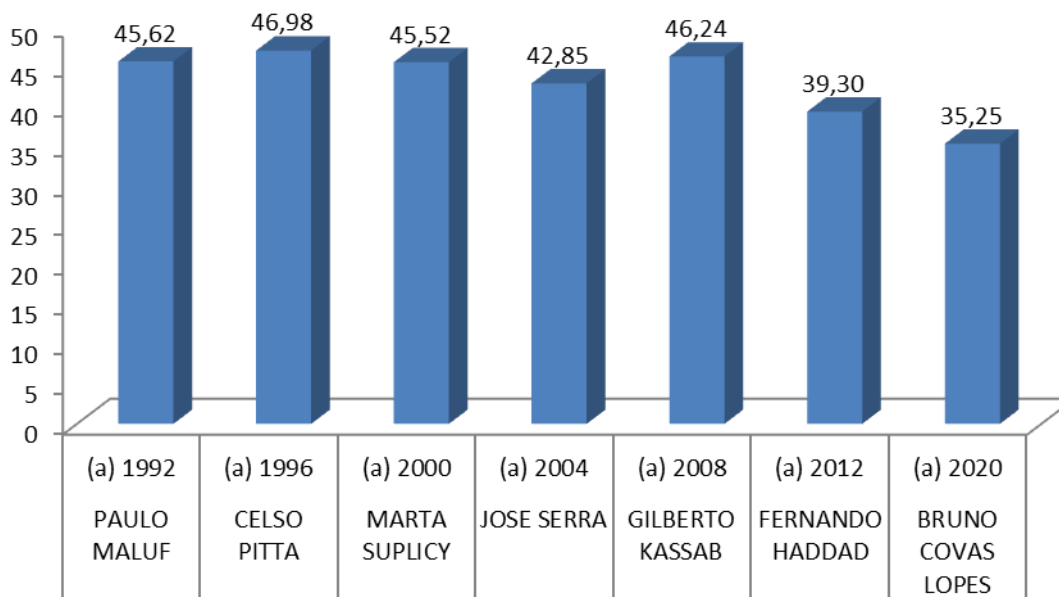
Taxa de Representatividade Eleitoral-Ampla 10 eleições em primeiro turno ou único



Evolução das T.R.Es-A de primeiro para o segundo turnos

O segundo turno (2º) se revela quase um bálsamo para o prefeito eleito uma vez que a TRE-A sobe com bastante intensidade para os vitoriosos. Porém, não resta dúvida olhando o gráfico seguinte que as taxas jamais resvalaram os 50% mais um do total dos eleitores. Caso a legitimidade eleitoral disso dependesse ninguém seria eleito, porque no segundo turno a abstenção eleitoral é sempre maior. Uma parte considerável dos eleitores que não conseguiram colocar seus candidatos no segundo turno se ausenta.

Taxa de Representatividade Eleitoral Ampla no Segundo Turno do vencedor em sete (7) eleições



Tal como já verificado no primeiro (1º) turno, foi em 1996 com Celso Pitta que a T.R.E.-A atingiu seu patamar mais alto (46,98%) e chegando aos dois (2) mais baixos em 2012, quando Fernando Haddad venceu (39,3%) a José Serra e em 2020 com Bruno Covas (35,25%). O segundo turno implicou em maior estabilidade nas T.R.E.-A produzindo uma média de 43,11, desvio padrão de 4,02 e coeficiente padrão de 9,33. Ou seja, os valores são mais próximos no segundo turno do que no primeiro.

TRE-A versus TME-A¹⁶: primeiro turno

Comparar a representatividade eleitoral (TRE-A) dos prefeitos com a taxa de marginalidade eleitoral ampla (TME-A) assegura que a análise seja desenvolvida valendo-se de uma medida ainda mais consistente do reconhecimento do eleitorado frente às alternativas que lhe são dadas pelos candidatos na disputa bem como ao líder. Assim, quando se observa as referidas taxas nos dez (10) pleitos em primeiro turno (*vide tabela 8.1 e figura à frente*), constata-se que nos três (3) pleitos mais recentes a marginalidade supera o primeiro (1º) colocado (2012, 2016 e 2020), apesar de se verificar em ordens de grandeza distintas; em 2012, quando o segundo (2º) colocado no Fernando Haddad alcançou somente 20,61% (embora José Serra, chegando em primeiro, também tenha alcançado pouco mais; somente 21,86%) de representatividade contra

¹⁶ - A taxa de marginalidade eleitoral ampla é o percentual somado dos votos em branco, nulos e da abstenção eleitoral com base no eleitorado apto. Marginalidade, pois o eleitor opta por estar fora da decisão.

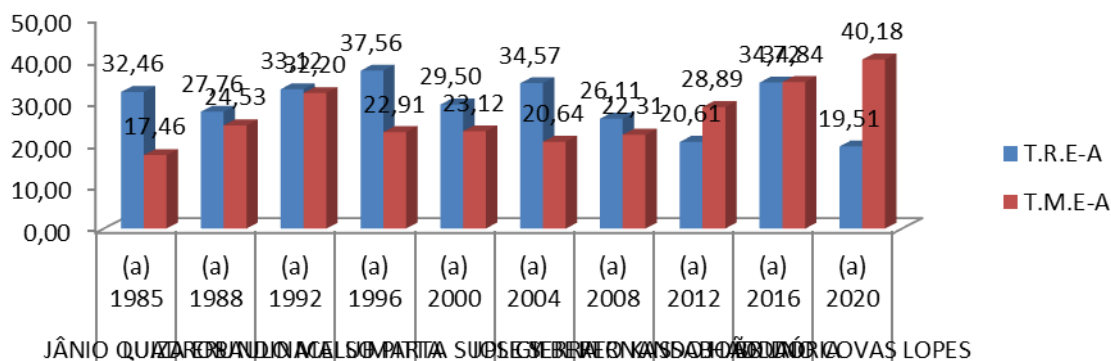
28,90% da marginalidade. Em 2016, eleição definida já no primeiro turno, a T.R.E-A de João Dória fica com 34,72% contra 34,84% da T.M.E-A. No mais recente pleito, pelo fato já destacando anteriormente, a T.R.E-A de Bruno Covas é muito baixa (19,51%) contra uma altíssima T.M.E. (40,18%).

TABELA 8.1

Taxa de Representatividade Eleitoral Ampla (T.R.E-A) do candidato líder versus Taxa de Marginalidade Eleitoral Ampla (T.M.E-A) nas 10 eleições (1985-2020) em Primeiro Turno ou Turno Único

CANDIDATO	ANO	T.R.E-A	T.M.E-A
JÂNIO QUADROS	1985	32,46	17,46
LUIZA ERUNDINA	1988	27,76	24,53
PAULO MALUF	1992	33,12	32,20
CELSO PITTA	1996	37,56	22,91
MARTA SUPPLICY	2000	29,50	23,12
JOSE SERRA	2004	34,57	20,64
GILBERTO KASSAB	2008	26,11	22,31
FERNANDO HADDAD*	2012	20,61	28,89
JOÃO DÓRIA	2016	34,72	34,84
BRUNO COVAS LOPES	2020	19,51	40,18

*Haddad foi o 2º colocado no primeiro turno, mas venceu a eleição no segundo. Serra, que ficou em primeiro no 1º, obteve 21,86



TRE-A versus TME-A: segundo turno

No segundo turno, como seria de esperar, cresce a representatividade eleitoral (TRE-A) do prefeito, e diminui ligeiramente as de marginalidade eleitoral (TME). Não obstante, há que se reconhecer a variação ocorrida nestas sete (7) edições. As cinco (5) primeiras contam com T.R.E-A altas caindo nitidamente nas mais recentes (2012 e 2020). No segundo turno de 2020 a T.M.E-A foi a mais alta e bem maior do que as anteriores, tendo sido a única que supera a T.R.E-A.

TABELA 8.2

Taxas de Representatividade Eleitoral Ampla (T.R.E-A) versus Taxa de Marginalidade Eleitoral Ampla (T.M.E-A) em 7 eleições que tiveram segundo turno (1992-2020)

CANDIDATO	ANO	T.R.E-A	T.M.E-A
PAULO MALUF	1992	45,62	21,45
CELSO PITTA	1996	46,98	24,58
MARTA SUPLICY	2000	45,52	22,20
JOSE SERRA	2004	42,85	21,88
GILBERTO KASSAB	2008	46,24	23,85
FERNANDO HADDAD	2012	39,30	29,27
BRUNO COVAS LOPES	2020	35,25	40,63

Razão de representatividade eleitoral (RRE)¹⁷

A Razão de Representatividade Eleitoral (RRE) dos pleitos em primeiro (1º) e segundo (2º) turnos mostra claramente que o segundo (2º) turno é sempre o que apresenta razões mais altas, mesmo quando as razões de ambos indicadores apresentam quedas em relação aos anos anteriores. Enquanto no primeiro (1º) turno a RRE conta com dois (2) anos abaixo de um (1) (2012 e 2020) no segundo somente em 2020 (*ver próxima tabela*).

¹⁷ - A Razão de Representatividade Eleitoral (RRE) nada mais é o quociente obtido pela divisão da T.R.E-A pela T.M.E-A. Quanto maior a RRE, maior a representatividade e quando é menor do que um (1) significa que a T.M.E.A é superior a T.R.E-A.7 Logicamente, a RRE pode, como a T.R.E e T.M.E ser ampla ou segmentada em seus compontes. Como a RRE é resultado da divisão das duas (2), a segmentação só pode ser das duas (2) outras taxas sendo a RRE consequência.

TABELA 9

Razão de Representatividade Eleitoral (RRE) nos Primeiro (1º) e Segundo (2º) turnos das eleições municipais paulistanas para Prefeito (1985-2020)

ANO	1o TURNO	2o TURNO
1985	1,86	
1988	1,13	
1992	1,03	2,13
1996	1,64	1,91
2000	1,28	2,05
2004	1,67	1,96
2008	1,17	1,94
2012	0,71	1,34
2016	1,00	
2020	0,49	0,87

Resumo

Neste estudo, as informações trabalhadas são os seguintes: nas dez (10) eleições para prefeito um total de 86 candidatos disputou o cargo principal por 50 partidos políticos, com somente dez (10) mulheres (11,6%) participando da disputa duas (2) das quais foram eleitas. A distribuição de votos por faixas eleitorais revela que as duas (2) menores (Até 10 mil e de 10.001 a 50 mil) são as de maior incidência, confirmando a absoluta irrelevância eleitoral destes postulantes. Apesar de muitas candidaturas no decorrer das dez (10) eleições terem sido dos mesmos indivíduos, o eleitorado paulistano elegeu dez (10) diferentes prefeitos no período. A partir de 1992, quando as eleições já incorporaram o princípio dos dois (2) turnos, somente a eleição de 2016 foi decidida no primeiro (1º) turno. Em 1985 e 1988 haveria segundo turno, caso a legislação já tivesse sido aprovada e/ou em vigência porque os vencedores tiveram votações bem abaixo da soma dos demais candidatos. E as taxas de representatividade eleitoral amplas (TRE-A) dos eleitos e dos adversários indicam alternâncias no movimento, ora alta, em seguida diminuindo e voltando a subir. Estas taxas foram sempre maiores para os adversários, à exceção do segundo turno por efeito lógico.

Considerações finais

Do que se pode depreender das informações arroladas no decorrer da presente iniciativa é, primeiramente, que os pleitos paulistanos abrem algumas oportunidades para atores novatos,

mas desde que os mesmos concorram por forças políticas razoavelmente organizadas em um (1) ou mais partidos. Claro que novatos podem ser tanto microcandidatos que concorrem de uma forma razoavelmente profissionalizada no processo eleitoral, mesmo sem qualquer perspectiva de ganhar ou mesmo de ter boa votação, mas pelo retorno que isso possa lhe conferir seja em prestígio e/ou mesmo troca de favores com candidaturas mais fortes, quanto aqueles que embora competindo pela primeira vez para o cargo (e às vezes para qualquer cargo popular), o fazem a partir de siglas minimamente bem organizadas e/ou resultantes de movimentos sociais com certa expressão na sociedade paulistana. Se por um lado, os prefeitos não se repetiram em nenhuma eleição, desde que não consideremos os que na condição de vice-prefeito (Kassab e Bruno Covas) assumiram no transcorrer do mandato e depois disputaram o principal cargo (e tiveram êxito).

Tal constatação não deixa de ser interessante levando-se em conta tratar-se de eleições no maior município do Brasil em termos populacionais, eleitorais, de receitas municipais e renda absolutas, sem mencionar outros tantos indicadores relevantes. Como não se pode minimizar o fato de que dois (2) prefeitos do mesmo partido (o PSDB) renunciaram a seus cargos para disputarem o mandato de governador do estado, fato este que tanto pode revelar desprezo dos mesmos por compromissos com o eleitor e de ser prefeito de São Paulo, como ausência de quadros que possam ser competitivos para as eleições estaduais e nacionais. E no rol das considerações um tanto quanto pessimistas sobre a representatividade dos eleitos (um pouco menos destes) e dos demais candidatos (do terceiro -3º- colocado para baixo) há que se considerar que as taxas de marginalidade (T.M.E) quanto de representatividade (R.R.E), e da razão de representatividade (R.R.E), mostram este quadro de forma contundente.

Embora a participação de vários candidatos tenha em certa medida assegurado a ocorrência do segundo (2º) turno (o que para alguns analistas é tanto melhor para a representatividade eleitoral quanto para o melhor conhecimento dos finalistas e de suas propostas por parte do eleitorado), nem sempre estas participações viabilizaram a ocorrência do segundo (2º) turno como no caso de 2016, ocasião em que João Doria venceu com facilidade a todos concorrentes. E mais, a participação de vários candidatos pode ser visto como rebaixamento geral da qualidade da disputa sem que reais diferenças possam se sobressair com a realização de debates (especialmente televisivos) uma vez que estes pouca dinâmica oferecem. Ora, com o aumento da abstenção eleitoral que vem sendo praticada de forma muito clara nos dois (2) turnos, especialmente no segundo (2º), é possível considerar que parte do eleitorado (especialmente o eleitor facultativo) começa a introduzir na prática o voto facultativo, uma vez que justificar a ausência é muito simples e se tornou ainda mais a partir do pleito de 2020.

E, finalmente, é bem saliente que apenas dois (2) prefeitos eleitos (Jânio e Erundina) tenham tido experiência eleitoral anterior no município de São Paulo mediante a eleição para vereador(a). Dizer experiência eleitoral não é muito diferente do que dizer ter contato cotidiano com os temas e problemas de São Paulo.

Seguramente, tanto os dados aqui apresentados e trabalhados, como os que não o foram, permitem aprofundamento de estudos e reflexões sobre as eleições paulistanas os quais tendem a ficar ainda mais consistentes quando associarmos ao estudo sobre as eleições para a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

Sobre o autor

RUI TAVARES MALUF é professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP). Ex-coordenador da Pós-Graduação em Opinião Pública e Inteligência de Mercado (OPIM) da mesma instituição (2010-2019). Fundador e editor do sítio eletrônico Processo & Decisão (<http://www.processoedecisao.com.br>), desde 2000 e ex-editor do boletim informativo do mesmo nome Processo & Decisão relativo à cobertura das atividades legislativas da Câmara Municipal de São Paulo. Doutor em Ciência Política (USP), mestre em Ciência Política (UNICAMP). Autor dos livros *Amadores, Passageiros e Profissionais* (2010), e *Prefeitos na Mira* (2001), ambos pela editora Biruta. Trabalhou Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM) e EMPLASA como pesquisador e analista em municípios e regiões metropolitanas.

Fontes de consulta

- Diário Oficial da União (DOU). Anos de 1982, 1985 e 1988.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE). Anos de 1982, 1985 e 1988.
- FUNDAÇÃO SEADE. <https://www.seade.gov.br> . Produto *Informações Eleitorais*.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Tabela 202 de População (SIDRA)*, acessada em 9 de dezembro de 2020;
- MALUF, Rui Tavares. *Amadores, Passageiros e Profissionais*. Editora Biruta. São Paulo. 2010;
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE). <https://www.tse.jus.br>

Anexos

TABELA 1.1.				
TODOS OS CANDIDATOS A PREFEITO DE SÃO PAULO DE 1985 A 2020 EM 1º e 2º TURNOS, PARTIDOS POLÍTICOS E VOTOS OBTIDOS				
ANO	TURNO	CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS RECEBIDOS
1985	1	Jânio da Silva Quadros	PTB	1.572.260
1985	1	Fernando Henrique Cardoso	PMDB	1.431.175
1985	1	Eduardo Matarazzo Suplicy	PT	827.452
1985	1	Francisco Rossi de Almeida	PCN	68.305
1985	1	Ana Rosa Gomes Tenente	PH	45.068
1985	1	Pedro Geraldo Costa	PPB	27.887
1985	1	Antonio Carlos Fernandes	PMC	8.107
1985	1	Ruy Codo	PL	4.612
1985	1	JOSE MARIA EYMAEL	PDC	4.578
1985	1	Armando Correa da Silva	PMB	4.187
1985	1	Rivalde Ovídio	PSC	4.066
1988	1	LUIZA ERUNDINA DE SOUZA	PT	1.534.592
1988	1	Paulo Salim Maluf	PDS	1.257.495
1988	1	João Oswaldo Leiva	PMDB	728.874
1988	1	JOSE SERRA	PSDB	287.345
1988	1	João Mellão Neto	PL	277.281
1988	1	Marco Antonio Mastrobuono	PTB	35.225
1988	1	JOSE MARIA EYMAEL	PDC	22.667
1988	1	Marco Antonio Barbosa Caldas	PH	5.320
1988	1	Luis Paccas Filho	PSD	5.170
1988	1	Luiz Paulino	PHN	4.953
1988	1	Armando Correa da Silva	PMB	4.251
1988	1	José Galico	PNAB	3.723
1988	1	Airton Soares	PDT	3.342
1988	1	Walter Zigrossi	PSP	2.296
1992	1	Paulo Salim Maluf	PDS	2.036.776
1992	1	Eduardo Matarazzo Suplicy	PT	1.279.231
1992	1	Aloysio Nunes Ferreira	PMDB	537.930
1992	1	Fábio José Feldman	PSDB	243.097
1992	1	JOSE MARIA EYMAEL	PDC	27.627

1992	1	Valmor Bolan	PRN	16.245
1992	1	Marcilio Duarte Lima	PST	12.680
1992	1	Antonio Carlos Belini Amorim	PCDN	8.859
1992	1	José Vieira	PMR	7.035
1992	2	Paulo Salim Maluf	PDS	2.805.201
1992	2	Eduardo Matarazzo Suplicy	PT	2.024.957
1996	1	Celso Roberto Pitta do Nascimento	PPB	2.541.150
1996	1	LUIZA ERUNDINA DE SOUZA	PT	1.291.120
1996	1	JOSE SERRA	PSDB	819.995
1996	1	Francisco Rossi de Almeida	PDT	400.536
1996	1	José Aristodemo Pinotti	PMDB	101.358
1996	1	Antonio Carlos de Campos Machado	PTB	28.479
1996	1	Carlos Alves de Souza	PRP	16.874
1996	1	Valério Arcary	PSTU	9.290
1996	1	JOSE LEVY FIDELIX DA CRUZ	PRTB	3.608
1996	1	Dorival Masci de Abreu	PTN	1.738
1996	1	Pedro de Camillo Netto	PSC	1.451
1996	2	Celso Roberto Pitta do Nascimento	PPB	3.178.330
1996	2	LUIZA ERUNDINA DE SOUZA MARTA TERESA SMITH DE VASCONCELLOS	PT	1.924.630
2000	1	SUPLICY	PT	2.105.013
2000	1	Paulo Salim Maluf	PP	960.581
2000	1	GERALDO JOSE RODRIGUES ALCKMIN FILHO	PSDB	952.980
2000	1	Romeu Tuma	PFL	632.658
2000	1	LUIZA ERUNDINA DE SOUZA	PSB	546.766
2000	1	Enéas Ferreira Carneiro	PRONA	190.844
2000	1	Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque	PL	77.827
2000	1	José Masci de Abreu	PTN	21.131
2000	1	José Maria Marin	PSC	9.691
2000	1	Francisco Canindé Pegado do Nascimento	PGT	6.676
2000	1	Fábio José Bosco	PSTU	6.397
2000	1	Osmar de Oliveira Lins	PAN	5.110
2000	1	João Manuel Baptista	PSDC	2.881
2000	1	Ciro Tiziani Moura	PRN	1.847
2000	1	Rui Costa Pimenta	PCO	870
2000	2	MARTA TERESA SMITH DE VASCONCELLOS SUPLICY	PT	3.247.900
2000	2	Paulo Salim Maluf	PP	2.303.508
2004	1	JOSE SERRA	PSDB	2.686.396

2004	1	MARTA TERESA SMITH DE VASCONCELLOS SUPLICY	PT	2.209.264
2004	1	Paulo Salim Maluf	PP	734.580
2004	1	LUIZA ERUNDINA DE SOUZA	PSB	244.090
2004	1	Paulo Pereira da Silva	PDT	86.549
2004	1	Francisco Rossi de Almeida	PHS	77.957
2004	1	Havanir Tavares de Almeida Nimitz	PRONA	47.579
2004	1	José Luiz de França Penna	PV	43.868
2004	1	Osmar de Oliveira Lins	PAN	16.339
2004	1	Dirceu Travesso	PSTU	8.394
2004	1	Ciro Tiziani Moura	PTC	6.111
2004	1	José Walter Canoas	PCB	3.138
2004	1	João Manuel Baptista	PSDC	1.627
2004	1	ANAI CAPRONI NETO	PCO	1.479
2004	2	JOSE SERRA	PSDB	3.330.179
2004	2	MARTA TERESA SMITH DE VASCONCELLOS SUPLICY	PT	2.740.152
2008	1	Gilberto Kassab	DEM	2.140.423
2008	1	MARTA TERESA SMITH DE VASCONCELLOS SUPLICY	PT	2.088.329
2008	1	GERALDO JOSE RODRIGUES ALCKMIN FILHO	PSDB	1.431.670
2008	1	Paulo Salim Maluf	PP	376.734
2008	1	Sônia Francine Gaspar Moreno	PPS	266.978
2008	1	Ivan Valente	PSOL	42.616
2008	1	Ruy Renato Reichman	PMN	7.234
2008	1	JOSE LEVY FIDELIX DA CRUZ	PRTB	5.518
2008	1	Edimilson Silva Costa	PCB	4.300
2008	1	Ciro Tiziani Moura	PTC	3.825
2008	1	ANAI CAPRONI NETO	PCO	1.656
2008	2	Gilberto Kassab	DEM	3.790.558
2008	2	MARTA TERESA SMITH DE VASCONCELLOS SUPLICY	PT	2.452.527
2012	1	JOSE SERRA	PSDB	1.884.849
2012	1	Fernando Haddad	PT	1.776.317
2012	1	CELSO UBIRAJARA RUSSOMANNO	PRB	1.324.021
2012	1	Gabriel Bendito Isaac Chalita	PMDB	833.250
2012	1	Sônia Francine Gaspar Moreno	PPS	162.384
2012	1	JOSE LEVY FIDELIX DA CRUZ	PRTB	19.800
2012	1	JOSE MARIA EYMAEL	PSDC	5.382
2012	2	JOSE SERRA	PSDB	2.708.768
2012	1	Carlos Alberto Giannazi	PSOL	62.431

2012	1	Paulo Pereira da Silva	PDT	38.750
2012	1	Ana Luíza de Figueiredo Gomes	PSTU	12.823
2012	1	Miguel Manso Perez	PPL	7.272
2012	1	ANAI CAPRONI NETO	PCO	1.373
2012	2	FERNANDO HADDAD	PT	3.387.720
2016	1	João Agripino Costa Doria Junior	PSDB	3.085.187
2016	1	Fernando Haddad	PT	967.190
2016	1	CELSO UBIRAJARA RUSSOMANNO	PRB	789.986
2016	1	MARTA TERESA SMITH DE VASCONCELLOS SUPLICY	PMDB	587.220
2016	1	LUIZA ERUNDINA DE SOUZA	PSOL	184.000
2016	1	Sergio Olimpio Gomes	SD	116.870
2016	1	Ricardo Young Silva	REDE	25.993
2016	1	JOSE LEVY FIDELIX DA CRUZ	PRTB	21.750
2016	1	Altino Melo Prazeres Junior	PSTU	6.006
2016	1	João Bico de Souza	PSDC	4.715
2016	1	Henrique Áreas de Araujo	PCO	1.019
2020	1	BRUNO COVAS LOPES	PSDB	1.754.013
2020	1	GUILHERME CASTRO BOULOS	PSOL	1.080.736
2020	1	MARCIO LUIZ FRANÇA GOMES	PSB	728.441
2020	1	CELSO UBIRAJARA RUSSOMANNO	REPUBLICANOS	560.666
2020	1	ARTHUR MOLEDO DO VAL	PATRIOTA	522.210
2020	1	JILMAR AUGUSTINHO TATTO	PT	460.525
2020	1	JOICE CRISTINA HASSELMANN	PSL	98.342
2020	1	ANGELO ANDREA MATARAZZO	PSD	82.743
2020	1	MARINA MEDEIROS HELOU	REDE	22.073
2020	1	ORLANDO SILVA DE JESUS JUNIOR	PC do B	12.254
2020	1	JOSE LEVY FIDELIX DA CRUZ	PRTB	11.960
2020	1	VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA SALGADO	PSTU	3.052
2020	1	ANTONIO CARLOS SILVA	PCO	630
2020	2	BRUNO COVAS LOPES	PSDB	3.169.121
2020	2	GUILHERME CASTRO BOULOS	PSOL	2.168.109

TABELA 5.2								
<i>Votos acumulados dos 1º e 2º colocados, 3º e 4º colocados, e do 5º colocado para trás no primeiro turno ou turno único, votos nominais (soma de todos os candidatos) e percentuais deste votos acumulados frente aos votos nominais nas dez (10) eleições de 1985 a 2020</i>								
ANO	1o e 2º	Em %	3o e 4o	Em %	5o para trás	Em %	VOTOS NOMINAIS	Em %
1985	3.003.435	75,13	895.757	22,41	98.505	2,46	3.997.697	100
1988	2.792.087	66,92	1.016.219	24,35	364.228	8,73	4.172.534	100
1992	3.316.007	79,53	781.027	18,73	72.446	1,74	4.169.480	100
1996	3.832.270	72,75	1.220.531	23,17	215.126	4,08	5.267.927	100
2000	3.065.594	55,37	1.585.548	28,64	885.534	15,99	5.536.676	100
2004	4.895.660	79,38	978.670	15,87	293.041	4,75	6.167.371	100
2008	4.228.752	66,39	1.808.404	28,39	332.127	5,21	6.369.283	100
2012	3.661.166	59,74	2.157.271	35,20	310.215	5,06	6.128.652	100
2016	4.052.377	69,99	1.377.206	23,79	360.353	6,22	5.789.936	100
2020	2.834.749	53,11	1.289.107	24,15	1.213.789	22,7	5.337.645	100
